

O Partido Social Democrático Autonomista (PSDA): apontamentos preliminares de pesquisa

Tiago de Moraes Kieffer¹
Marcos Jovino Asturian²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender a atuação do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA) nas eleições estaduais do Rio Grande do Sul em 1954. Para tanto, se utilizará fontes bibliográficas, da imprensa escrita, dos Anais da Assembleia Legislativa, assim como o estatuto do Partido Social Democrático (PSD). Pretende-se com isso, a partir de uma pesquisa em desenvolvimento, entender os papéis desempenhados pelos autonomistas no cenário eleitoral sul-rio-grandense pós 1950, assim como retomar questões levantadas em estudos de referência sobre o processo de desgetulização do PSD estadual.

Palavras-chave: PSDA; Eleições Estaduais; Desgetulização.

Abstract: This article aims to understand the performance of Autonomist Social Democratic Party (PSDA) in the state of Rio Grande do Sul elections in 1954. For this purpose, we will use bibliographical sources of the written press, the annals of the Legislative Assembly, as well as the statute of Social Democratic Party (PSD). This is intended, from a research in development; understand the roles played by the autonomists in the sul-rio-grandense elections post-1950, as well as resume issues raised in reference studies about the “desgetulização” process of state PSD.

Keywords: PSDA; State Elections; *Desgetulização*.

Considerações Iniciais

O presente trabalho objetiva compreender a atuação do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA) nas eleições de 1954. Para tanto, se utilizará fontes bibliográficas, assim como será desenvolvida pesquisa na imprensa escrita e nos Anais da Assembleia Legislativa. Nas eleições de 1954, os autonomistas decidiram apoiar o candidato petebista Alberto Pasqualini para o governo estadual do Rio Grande do Sul em detrimento do pessedista Ildo Meneghetti, da Frente Democrática (PSD/UDN/PL).³ Ademais, os candidatos do PSDA à

¹ Mestrando em História pela Unisinos. Bolsista CAPES/PROSUC.

² Doutorando em História pela Unisinos. Bolsista CAPES/PROSUC.

³ A Frente Democrática foi criada em 1952 a partir do sucesso da coligação PSD/PL/UDN nas eleições municipais de Porto Alegre, no ano anterior, os partidos decidiram realizar essa coligação sem acordo com o governo estadual ou federal. Destarte, sem a participação do Partido Trabalhista Brasileiro (OLIVEIRA, 2008, p. 225).

Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa tiveram os seus nomes incluídos na chapa trabalhista.

Para a análise do PSDA, em um primeiro momento, se contextualizará a formação dos partidos políticos no Brasil e no Rio Grande do Sul. Isso é necessário para compreender os motivos que levaram a fundação do PSDA em 1950 e, conseqüentemente, qual era a função dele no cenário político daquele contexto histórico. Em seguida, o foco será na atuação do PSDA nas eleições estaduais do Rio Grande do Sul em 1954. A escolha desta disputa eleitoral estadual em específico, explica-se porque ela foi a primeira pós-1950, ano em que o PSDA foi criado. Para tanto, três questões conduzirão esta análise: 1) O PSDA pode ser considerado um partido político?; 2) O seu surgimento representou o processo de “desgetulização” do PSD?; 3) Quais eram as razões para a permanência dos autonomistas nos quadros do PSD?

O estudo dos partidos constitui um importante viés de análise da sociedade. Para Serge Berstein (2003, p. 71-72), o partido – fenômeno histórico por definição – está em condições de fornecer aos historiadores uma significativa quantidade de informações em relação aos grupos que se esforçam por reunir os indivíduos aspirando uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade. Ele pode fornecer informações de ordens diversas, que esclarecem singularmente o comportamento do indivíduo na política. Ademais, proporciona uma reflexão sobre o jogo complexo das forças que condicionam e motivam seus atos.

Já o estudo das eleições é pouco explorado pelos historiadores e deve ser considerado, por si só, como um objeto de observação, assim como outros fatos sociais. Nas palavras de René Rémond (2003, p. 443) a campanha eleitoral, por exemplo, é parte integrante de uma eleição. Na eleição ocorre a manifestação das preocupações dos eleitores e é o espaço de apresentação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos. Além disso, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre cálculos políticos e os movimentos de opinião. Ela modifica diariamente as intenções e talvez a relação de forças.

Cabe destacar, que conforme René Gertz (2004, p. 347-368), até o início da década de 1990 havia escassez de produção historiográfica sobre o Rio Grande do Sul, no período entre 1945 a 1964, à exceção de pesquisas produzidas por cientistas políticos. Os trabalhos acadêmicos do brasileiro Carlos Cortés – publicado em inglês em 1974 – e da cientista política Mercedes Cánepa no ano 2000, juntos, apresentam um arcabouço da história política estadual no respectivo período. O mesmo autor (2004, p. 347-368) destaca o trabalho de Miguel Bodea, publicado em 1992 sobre o surgimento e o desenvolvimento do PTB. Gertz também cita teses e dissertações influenciadas pelos estudos desenvolvidos por cientistas políticos, desde a década de 1970, entre os quais Héglio Trindade, Maria Izabel Noll, Leônidas Xausa e Francisco

Ferraz. E por fim, sublinha que apesar da significativa produção de estudos sobre aquele período, é necessário aprofundar aquilo que as pesquisas só puderam tangenciar.⁴

Considerando a necessidade de preencher lacunas históricas, conforme observado por Gertz, que este trabalho foi escrito. Todavia, trata-se de apontamentos iniciais de uma pesquisa, pois o presente artigo é um recorte de pesquisas mais amplas desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).⁵ Como observado, os trabalhos desenvolvidos a partir do ano 2000, com exceção de Oliveira (2008), não aprofundaram a questão do PSDA. Em geral, citaram – como também faremos – os trabalhos de Bodea (1992), Costa (1983) e Cánepa (2005). Debruçados sobre os questionamentos mencionados anteriormente trazemos à luz alguns aspectos da atuação do PSDA em 1954, cuja finalidade é compreender o seu papel naquele cenário político.

O Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Sul: gênese e cisma pessedista

Entre 1945 e 1964, o Brasil vivenciou uma experiência democrática: a consolidação dos partidos políticos nacionais, o aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais e o povo como ator político. O respectivo período foi de rápidas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais. As elites do país passaram a lidar com algo novo, isto é, a necessidade de conquista de votos, sobretudo das camadas populares urbanas. Os partidos intensificaram as relações entre o eleitor e o candidato e se fortaleceu a concorrência entre os próprios candidatos (CÂNEDO, 2012, p. 483).

Cabe ressaltar que com o advento da democratização de 1945, os arranjos corporativistas surgidos nos anos 1930 não foram desativados. Ao contrário, o respectivo processo esteve permeado pela “gramática personalista do clientelismo”. O regime surgiu das “entranhas” do Estado Novo: as elites que administraram a transição eram compostas pelas mesmas pessoas que apoiaram o regime anterior ou que dele se beneficiaram (NUNES, 1997, p. 67-68).

Conforme Maria do Carmo Campello de Souza (1983, p. 105-106),

⁴ A partir do ano 2000, surgiram significativas pesquisas no âmbito historiográfico. Os estudos tiveram como foco a análise dos partidos políticos, das trajetórias e das disputas eleitorais: Oliveira (2001; 2008), Heinz (2005), Albernaz (2006), Gatti (2008), Taufer (2008), San Segundo (2009), Cruz (2010), Asturian (2011), Angeli (2015), Bombardelli (2016), entre outros.

⁵ Uma pesquisa analisa as disputas entre o PSD e o PTB nas eleições para o governo estadual no Rio Grande do Sul (1947, 1950 e 1954) e outra tem como enfoque as relações dos pessedistas gaúchos em torno da figura de Getúlio Vargas (1945-1950).

O advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado [...] foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória [...].

Não obstante, é possível reconhecer, no período entre 1945 e 1964, a construção de uma experiência democrática brasileira. O historiador Jorge Ferreira desenvolveu vários estudos sobre a importância do respectivo período, ou seja, a “República Democrática” para a formação de culturas políticas enraizadas na sociedade brasileira. Logo, “[...] Pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado” (FERREIRA, 2011, p. 09).

Segundo Angela de Castro Gomes (2009, p. 36), a experiência liberal-democrática de 1945-1964 propiciou um “[...] aprendizado da política eleitoral, em novos e mais amplos marcos”. O cientista político Antônio Lavareda (1991, p. 170) defende que “[...] apesar das dificuldades, era uma experiência privilegiada nas suas circunstâncias para a implantação de clivagens duradouras na sociedade”.

O também cientista político Fernando Limongi (2015, p. 372-392) observa que na dinâmica do período – permeada pelas permanências e mudanças importantes – a incerteza no processo eleitoral torna-se um dos principais aspectos que diferencia a “República Democrática” em relação ao período anterior. Em outras palavras, as eleições não eram mais controladas pelo Governo e as oposições passaram a ter chances reais de chegar ao poder. Elas passam a ser competitivas: para ser eleito, políticos têm que fazer um grande número de eleitores. O crescimento do eleitorado é a evidência indireta da incerteza quanto aos resultados eleitorais.

De acordo com Souza (1983, p. 111-124), a Lei Agamenon⁶ definiu o voto secreto e obrigatório, bem como o sufrágio universal. Também se exigia que os partidos apresentassem, para obtenção do registro, a adesão de dez mil eleitores distribuídos em, pelo menos, cinco estados: cada um com, no mínimo, quinhentos adeptos, bem como personalidade jurídica de acordo com o Código Civil. A obrigatoriedade – criticada pela oposição – favorecia o partido do governo, o qual, por meio das interventorias, detinha articulações nacionais, em detrimento das demais siglas.

Conforme a respectiva autora (1983, p. 111-124), pelo novo Código: a) o Tribunal Superior Eleitoral detinha prerrogativas para negar o registro de partidos que fossem contrários

⁶ Decreto Lei nº 7.856, de 28 de maio de 1945, sendo que sua elaboração esteve a cargo do ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, razão pela qual ficou conhecida como Lei Agamenon.

aos princípios democráticos⁷; b) os candidatos só poderiam concorrer se registrados por partidos ou alianças de partidos; c) sobre a representação proporcional, o quociente eleitoral seria definido pela soma dos votos válidos, bem como dos votos em branco, dividido pelo número de cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido seria determinada pela divisão de sua votação pelo quociente eleitoral. A ocupação dos lugares não preenchidos por tal critério dar-se-ia por meio do mecanismo de sobras, ou seja, as vagas ficariam com o partido de maior número no respectivo pleito; d) foi permitido o alistamento *ex-officio*⁸ – que vigorou até 1950 – permitindo o registro de bloco de eleitores feito com base em listas preparadas por organizações às quais essas pessoas pertencessem, como agências governamentais ou empregadores.

A Constituição Federal de 1946 ratificou o impedimento do analfabeto ao voto. Um aspecto realmente restritivo ao exercício da cidadania, considerando que o contingente populacional de analfabetos no país era de 48% em 1950 (CÂNEDO, 2012, p. 539). Todavia, conforme Limongi (2015, p. 383-384) o Código Eleitoral de 1950 preservou a indefinição concernente à cidadania política: o novo marco legal não estipulou quais deveriam ser as provas apresentadas para fins de comprovação que o alistando sabia ler e escrever. Ademais, a possibilidade legal do alistamento feito por terceiros e de forma coletiva foi preservada. Em suma, as indefinições e ambiguidades da legislação tornavam-se “letra morta” a restrição do voto aos analfabetos.

Os partidos políticos se estruturaram tendo como principal vetor o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas⁹. Os de maior expressão nacional foram: a União Democrática Nacional (UDN), que se caracterizou como a principal oposição a Vargas; o Partido Social Democrático (PSD)¹⁰ e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como duas correntes políticas diferentes de sustentação a Vargas. Dessas, a primeira foi herdeira da estrutura das interventorias nomeadas por Vargas durante o Estado Novo e a segunda surgiu de lideranças do meio sindical, estudantil

⁷ Dispositivo acionado – posteriormente – no processo de cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro em 1947.

⁸ Para Letícia Bicalho Canêdo (2012, p. 539) “[...] Um novo código foi promulgado em 1950, e é o que continuou em vigor até 1964. Por ele, o alistamento deixou de ser *ex-officio*: todo cidadão alfabetizado e maior de 18 anos era obrigado a ir até o cartório eleitoral para tirar o título de eleitor. Na prática, significou um trabalho de recrutamento feito pelos partidos [...]”.

⁹ Conforme a interpretação do brasilianista Thomas Skidmore (1975, p. 78-89), a política brasileira dividia-se – naquele contexto – entre os “de dentro” (situacionistas) e os “de fora” (oposicionistas). Os “de dentro” eram: políticos e burocratas ligados – na esfera estadual e federal – a estrutura administrativa estadonovista; os proprietários de terras, industriais e banqueiros que prosperaram no período varguista; e, por fim, os trabalhadores urbanos beneficiados pela legislação social. Já os “de fora”, formavam um grupo heterogêneo cuja confluência de ideias e projetos – principalmente liberais – deve-se a oposição a Vargas.

¹⁰ Posteriormente, no Rio Grande do Sul, o Partido Social Democrático (PSD) se tornará um diretório dissidente. Sobre esse processo, ver Lisandre Medianeira Oliveira (2008).

e de políticos ligados às massas trabalhadoras urbanas. Quanto aos menores partidos em nível nacional, mas com influência em determinadas regiões do país, destacaram-se o Partido Social Progressista (PSP), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros.

O PSD, fundado em 17 de julho de 1945, começou a ser organizado inicialmente nos estados, sob a liderança dos interventores, congregando prefeitos, membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo estadonovista, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos e outros. Entretanto, se há concordância em relação à formação de seus quadros, há divergência no que se refere a sua atuação. Por exemplo, Franco (1974, p. 86-87) relata que a base do partido era predominante rural e o seu perfil social e político era eminentemente conservador e nada reformista. Por outro lado, Hippolito (2012, p. 42) defende que o partido era denominado por uns como de centro e por outros como de centro-esquerda. No decorrer da história do partido durante a República Democrática, além dos indivíduos tradicionais ligados ao setor rural, existiram também lideranças reformistas: políticos mais jovens que atendiam às demandas das camadas urbanas (HIPPOLITO, 2012, p.56).

Para Oliveira (1981, p. 112) os representantes do PSD como Amaral Peixoto, por exemplo, defendiam que o partido era de cunho mais popular no início, mas com o tempo acabou perdendo o seu caráter popular. Em síntese, porém, no interior desta última interpretação, o PSD era um partido de classe média, que se utilizava de termos como “interesse da nação” ou “interesse do povo”. Em outras palavras, usava termos abstratos que poderiam angariar mais adeptos ao seu programa.

O que não há discordância, haja vista que é baseado em dados eleitorais brutos, é em relação ao sucesso eleitoral do PSD entre 1945 e 1964. Isso pode significar um resultado do fato dos pessedistas estarem familiarizados com a vida pública e com os canais de ligação com as diferentes esferas do governo e do poder (OLIVEIRA, 1981, p. 110), mas também com o que Hippolito chamou de *Manual de Bom Pessedista* (2012 p. 50-54). Esse conceito elaborado pela cientista política foi baseado em depoimentos dos partidários do PSD entre 1945 e 1964. Em linhas gerais, a conclusão que chegou é que no imaginário desses políticos: 1) o bom pessedista deveria ter um bom número de votos, tanto na área urbana ou rural; 2) o PSD era um partido de centro, portanto, aberto às ideias que viessem de fora, tanto de esquerda, quanto de direita; 3) os pessedistas deveriam ter habilidade na conciliação e na moderação; 4) a conciliação e a moderação não deveriam tirar a firmeza na decisão e na execução; 5) pessedistas

deveriam estar familiarizados com a socialização política; 6) por último, eles deveriam possuir depois de conquistarem os postos, a competência administrativa. O que se vê, portanto, é que PSD conquistou a presidência da República duas vezes (Eurico Gaspar Dutra nas eleições de 1945 e Juscelino Kubitschek em 1955), além de sempre ser vitorioso em relação ao número de cadeiras na Câmara Federal e nos ministérios do período.

No Rio Grande do Sul, o partido também iniciou a sua organização a partir da máquina administrativa estadual e municipal:

A mobilização das forças governistas por parte do PSD foi garantida porque, durante o Estado Novo, as bases sócio-econômicas que apoiavam o regime permaneceram associadas ao poder oligárquico, e não se destruiu o poder estabelecido, nem em nível municipal, nem estadual, o que facilitou a estruturação do partido (OLIVEIRA, 2008, p. 44).

Entre as principais lideranças pessedistas, na fase inicial de estruturação partidária, destacaram-se Protásio Vargas – irmão de Getúlio –, o interventor Ernesto Dornelles, Walter Jobim – que fora Secretário Estadual de Obras durante um significativo período no Estado Novo – e Oscar Carneiro da Fontoura. Diferente de outros estados, o PSD no Rio Grande do Sul foi organizado pelo Secretário Estadual do Interior Cylon Rosa e não pelo interventor Ernesto Dornelles. Cylon Rosa e José Diogo Brochado da Rocha (representante do Partido Republicano Riograndense) participaram das articulações em âmbito federal no Rio de Janeiro, além da articulação da legenda no Rio Grande do Sul (COSTA, 1983, p. 15).

No mês de junho foi formada a comissão diretora do PSD sul-rio-grandense composta por: Protásio Vargas – na presidência –, Walter Jobim, José Diogo Brochado da Rocha, Cylon Rosa, Oscar Fontoura, Osvaldo Vergara e José Coelho de Souza. A comissão pessedista congregou, em sua composição, a confluência de três diferentes origens partidária anteriores ao Estado Novo: José Diogo e Osvaldo Vergara, provêm do Partido Republicano Rio-Grandense. Protásio Vargas, José Coelho de Souza e Cylon Rosa pertenciam à dissidência de abril de 1937 do Partido Republicano Liberal. Jobim e Oscar Fontoura provieram do Partido Libertador (COSTA, 1983, p. 19).

Após ter sido formada a comissão diretora estadual pessedista, o partido já contava com aproximadamente dez diretórios municipais distribuídos por diversas zonas do estado. O PSD tornava-se o partido com maior organização no período. Em março, o nome de Eurico Gaspar Dutra para a sucessão presidencial já havia lançado pelo interventor do estado de Minas Gerais, Benedito Valadares. Em julho, o PSD realizou em Porto Alegre a primeira convenção estadual do partido, onde lançou, oficialmente, a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República e de Walter Jobim para o governo estadual.

Nesta convenção começa a se delinear [...] o primeiro esboço de um conflito que afetaria profundamente o futuro do PSD gaúcho: o choque entre líderes políticos tradicionais e “elitistas” como Walter Jobim, Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa de um lado e líderes getulistas de massa, de estilo “populista” do outro. A expressão máxima destes últimos era José Diogo Brochado da Rocha, ex-diretor da Viação de ferroviários gaúchos. Na primeira convenção estadual do PSD, José Diogo enfrentou e desafiou os próceres pessedistas tradicionais com um estilo político distinto, caracterizado por um apelo à mobilização de massas impregnado de uma tônica social-reformadora e antielitista. No choque entre estes estilos de liderança, Protásio Vargas manteve-se prudentemente equidistante. O conflito prenunciava, no entanto, uma fissura política de sérias conseqüências na história subsequente do PSD gaúcho, que se manifestariam já a partir de 1946. Mas o resultado mais imediato do conflito na convenção de julho de 1945 foi a criação da chamada ala trabalhista do PSD, germe, na verdade, da futura articulação do Partido Trabalhista Brasileiro [...] (BODEA, 1992, p. 19).

Bodea (1992, p. 21-29) analisou o processo de cisão ocorrido no seio do PSD. Inicialmente o cisma pessedista realizou-se devido ao envolvimento da “Ala Trabalhista do PSD” no “movimento queremista”¹¹ em contraposição ao apoio da cúpula do partido à candidatura Dutra. Ainda em 1945, José Vechhio – presidente do Sindicato da Carris de Porto Alegre – e Sílvio Sanson – da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira – desligam-se do PSD – e com o aval de Vargas – articulam a fundação do PTB no Estado. Posteriormente, José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha – principais lideranças da “ala trabalhista do PSD” – também deixam o partido. Em 1946, Vargas¹² convence Loureiro a sair do PSD e ingressar no PTB. Enquanto isso, durante o ano de 1946 a relação conflitiva de José Diogo com o interventor Cylon Rosa e as lideranças do partido – em razão do apoio do parlamentar as reivindicações da greve geral dos ferroviários e de suas críticas às intransigências da interventoria estadual – culminou com a sua saída dos quadros pessedistas e o ingresso no PTB, ou seja, às vésperas das eleições estaduais de 1947. A desgetulização do partido, segundo esta interpretação, só estaria completa com a formação do PSDA em 1950.

A formação do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA)

¹¹“O queremismo surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mais adiante, o queremismo evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembléia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, para além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta [...] O resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores o PTB [...] Resgatando crenças, idéias, tradições, sensibilidades e valores políticos presentes entre os trabalhadores, antes e depois de 1930, e “dialogando” com eles, o queremismo mobilizou-se como classe social, com consciência de sua identidade coletiva” (FERREIRA, 2003, p. 43-44).

¹² Em 1946/1947, Getúlio Vargas apoiou a candidatura Pasqualini (PTB) ao governo estadual sul-rio-grandense afastando-se de Walter Jobim (PSD). De acordo com Cánepa (2005, p. 127-129), em 1948, Vargas assume a Presidência do PTB em nível nacional, retirando-se oficialmente do PSD.

As eleições de 1950 foram as únicas concomitantes para governador do Estado e Presidência da República em todo o período democrático no Rio Grande do Sul.¹³ Já a partir de 1948 o presidente Dutra procurou articular um Acordo Interpartidário vislumbrando a sucessão presidencial em 1950.¹⁴ Segundo Oliveira (2008, p. 196-197) no que diz respeito à formação de alianças parlamentares podem formar-se grandes acordos interpartidários, que compreendem as maiorias governamentais no Congresso, bem como as alianças formadas simplesmente para votar determinadas matérias. Todavia, os grandes acordos de cunho interpartidário gerenciados pelo governo federal, em sua maioria, desconsideram as singularidades partidárias regionais e comprometem sua efetivação.

No Rio Grande do Sul, a partir de junho de 1949, o governador do Estado, propõe que a escolha para a sucessão presidencial se faça por meio de ampla consulta aos partidos políticos, com a presença, inclusive de Getúlio Vargas¹⁵. Mesmo com a ampla consulta, o candidato natural, haja vista sua posição como vice-presidente da República e presidente do PSD, era o catarinense Nereu Ramos (HIPOLITO, 2012, p. 100). Essa proposição, conhecida como “Fórmula Jobim”, seria debatida amplamente nos meios políticos. Para Costa (1983, p. 112) a atitude do governador Walter Jobim demonstra a existência de um vínculo entre o PSD e Vargas conclamando-o para o debate sucessório, assim como evidencia um descontentamento – de alguns pessedistas – em relação ao presidente Dutra.

Conforme Oliveira (2008, p. 203-204) em contraposição a “Fórmula Jobim” surgiu no plano nacional – informalmente – a “Fórmula Mineira”, ou seja, restringindo o Acordo Interpartidário somente a consulta do PSD, UDN e PR, prevendo ainda que o eventual candidato deveria ser mineiro, pessedista e obter a aprovação de Dutra. Desse modo, no âmbito estadual ocorreu uma cisão no PSD: de um lado, a “ala trabalhista” (Oscar Carneiro da Fontoura, Gabriel Obino, Protásio Vargas, Francisco Brochado da Rocha, João Neves da Fontoura e Batista Luzardo) apoiando a “Fórmula Jobim” e, de outro, a “ala dutrista”¹⁶ (Cândido Machado

¹³ Conforme Cánepa (2005, p. 124) “[...] A coincidência dos dois níveis emprestará um caráter extremamente particular a esta eleição no que diz respeito à articulação regional/nacional dos partidos [...] a presença de Vargas como candidato à Presidência da República, nas eleições brasileiras de 50, determinará, por certo, uma ‘sobredeterminação’ da conjuntura nacional sobre às clivagens regionais com efeitos em todo o território nacional [...]”.

¹⁴ Sobre uma análise detalhada das alianças eleitorais, ver: Souza (1983) e Cánepa (2005).

¹⁵ Para Costa (1983, p. 113-114) Getúlio Vargas e Salgado Filho (então Vice-Presidente em exercício do PTB) são consultados pelos pessedistas. Ambos aceitam tratar sobre o problema sucessório, mas defendem que a escolha de um nome para candidato deveria ser feita após a formulação de um programa a ser aprovado pelos órgãos máximos partidários, diretórios ou convenções. Conforme a interpretação de Bodea (1992, p. 61) “[...] Vargas procurava ganhar tempo e evitar o lançamento de um candidato do PSD, impedindo que se consolidasse, previamente, algum nome ou, talvez, na remota esperança de recompor a aliança PTB-PSD em torno do seu próprio nome”.

¹⁶ Segundo Costa (1983, p. 116) ainda em 1949 “[...] Nos primeiros dias de dezembro, a candidatura de Cylon Rosa para governador do Rio Grande do Sul é lançada extraoficialmente; a ala dutrista do PSD não só vencerá

Carrion, Miguel Lopes de Almeida, Osvaldo Vergara e Paim Filho) defendendo a “Fórmula Mineira”.

Segundo Hippolito (2012, p. 100), em novembro de 1949 a “Fórmula Mineira” substituiu a “Fórmula Jobim”. Entre os possíveis políticos mineiros que poderiam ser candidatos, estavam os nomes de Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu, Bias Fortes (preferido por Dutra) e Carlos Luz. A questão da sucessão presidencial se intensificou em 1950, isto é, o ano eleitoral. No plano nacional, o PSD ainda procurou entendimentos com a UDN e o PTB. Contudo, a UDN lança, nacionalmente, pela segunda vez, a candidatura Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência e o PTB, por sua vez, indica o nome de Getúlio Vargas. Destarte, no dia 15 de maio de 1950 o PSD nacional, na pessoa de Cirilo Junior¹⁷, lançou finalmente a candidatura de Cristiano Machado – sendo indicada por Cylon Rosa e previamente aprovada pelo presidente Dutra – em detrimento do interesse de muitos pessedistas – entre eles o governador Walter Jobim – que apoiava à candidatura Nereu Ramos. A ideia inicial era que Cristiano Machado procurasse Getúlio Vargas e lhe oferecesse a vice-presidência. Porém, com o receio de por em risco o apoio do presidente Dutra, o candidato pessedista optou por não procurar Vargas (OLIVEIRA, 2008, p. 85).

De acordo com Oliveira (2008, p. 209) o lançamento da candidatura Cristiano Machado a presidência pelo PSD não foi unânime na seção sul-rio-grandense do partido. A respectiva candidatura contou somente com o apoio da “ala dutrista”. Além disso, a “ala getulista” tentou articular a candidatura Ernesto Dornelles ao governo estadual. Mas, a “ala dutrista” – que formava a maioria na direção partidária no Estado – efetivou a candidatura de Cylon Rosa na Convenção Estadual no mês de maio de 1950.

Segundo Costa (1983, p. 120),

No PSD rio-grandense há um grupo que reage contra a interferência do Presidente da República na escolha do candidato pelo partido, grupo este que, denominando-se autonomista, por defender a autonomia partidária, se propõe formar um novo partido – Partido Social Democrático Autonomista, PSDA -, que seria uma espécie de sublegenda do PSD, pois defenderia o mesmo programa acrescido de princípios rígidos de autonomia partidária e que poderia extinguir-se no momento em que houvesse acordo, em âmbito federal e estadual, entre os dirigentes das duas organizações. Formado o PSDA, nele ingressam, entre outros, Bittencourt de Azambuja, João Neves da Fontoura, Batista Luzardo, Gabriel Obino e Ernesto Dornelles.

quanto à fórmula política a ser adotada pelo partido para a sucessão presidencial como, aproveitando esse fortalecimento de poder, incrementara-o dando mais um passo e vencendo, também, a próxima etapa: lançando a candidatura ao governo do Estado de um integrante desta”.

¹⁷ Cirilo Júnior era o presidente em exercício do PSD nacional naquele momento. Depois de não ser indicado para o pleito presidencial, Nereu Ramos saiu da presidência do PSD, pois foi isolado pelo partido e pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (HIPPOLITO, 2012, p.101).

Oliveira (2008, p. 207-210) traz mais detalhes sobre a formação do PSDA. Diante da falta de alternativas em face do lançamento das candidaturas de Cristiano Machado e Cylon Rosa, em maio de 1950, João Neves da Fontoura¹⁸ chega ao Rio Grande do Sul com o manifesto do programa autonomista,¹⁹ lançando-o na Câmara Federal. O partido autonomista seria coordenado por Francisco Brochado da Rocha, Glicério Alves e Ernesto Dornelles. João Neves da Fontoura, por sua vez, aceitou o papel de presidente do Comitê Nacional da Campanha de Getúlio Vargas, escrevendo, inclusive, seus discursos. Nesse aspecto, cabe ressaltar um dos pontos nevrálgicos do artigo: O PSDA é uma legenda partidária? A bibliografia consultada ainda não permite uma interpretação mais clara acerca dessa questão.

O PSDA, tendo como liderança Ernesto Dornelles, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência e comprometeu-se com o apoio ao candidato do PTB em relação ao governo do Estado. Com a morte do candidato petebista Salgado Filho, o líder dos autonomistas – indicado por Vargas – em detrimento dos interesses de lideranças do PTB – José Diogo Brochado da Rocha e Loureiro da Silva – concorreu ao Piratini pela legenda trabalhista e com o apoio do PSP, sendo eleito com 45,85% dos votos. O pessedista Cylon Rosa (PSD/UDN/PRP) ficou em segundo lugar com 39,47%, seguido de Edgar Schneider (PL) com 11,23% e Mendonça Lima (PSB) que obteve 0,11% dos votos (CÁNEPA, 2005, p. 152).

Segundo a interpretação clássica e mais citada entre os pesquisadores da experiência democrática no Rio Grande do Sul, isto é, a de Miguel Bodea (1992), o surgimento do PSDA completou o processo de “desgetulização” do PSD sul-rio-grandense.²⁰ Desse modo, outro ponto que permeia o presente trabalho consiste na verificação dessa premissa. Como já vimos anteriormente, o afastamento desses membros do partido está na sua origem – desde o ano de 1945 – com a denominada “ala trabalhista”. No ano subsequente José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha deixaram os quadros pessedistas e ingressaram no PTB. Enfim, os meandros do Acordo Interpartidário e o conseqüente conflito entre pessedistas “dutristas” e “getulistas” resultaram na criação PSDA.

¹⁸ Em 1953, João Neves da Fontoura – antigo líder do PSDA – saiu do Ministério das Relações Exteriores do governo Vargas. A partir de então, rompeu relações com o presidente da República e buscou consolidar o PSD sul-rio-grandense na âmbito nacional como oposição ao governo federal. No início do ano subsequente, ele foi um dos responsáveis pela indicação de Ildo Meneghetti, pois o prefeito de Porto Alegre era reconhecidamente um opositor do governo estadual e federal (OLIVEIRA, 2008, p. 226-227).

¹⁹ O acesso e, conseqüentemente, a análise dos documentos – como, por exemplo, o Manifesto apresentado por João Neves da Fontoura – serão importantes para analisar – na perspectiva comparada – as diferenças e semelhanças em relação aos documentos produzidos pelo PSD.

²⁰ Sobre as implicações desse processo na configuração do PSD sul-rio-grandense destacam-se: a) a precoce “udenização” do partido; b) a estruturação de um diretório dissidente com acentuado perfil oposicionista em relação ao Governo Vargas (1951-1954). Ver, Xausa e Ferraz (1968) e Oliveira (2008), respectivamente.

Os autonomistas e as eleições de 1954 para o governo estadual sul-rio-grandense

Diferente da posição do diretório nacional do PSD – de apoio ao governo Vargas – a bancada federal pessedista sul-rio-grandense declarou independência política. Esse grupo era vinculado ao “grupo ortodoxo do PSD gaúcho”, que procurou fortalecer dentro da agremiação uma base oposicionista ao governo federal e estadual (ambos petebistas). Em contrapartida a “velha guarda” do partido, o PSDA apoiou tanto Getúlio Vargas como Ernesto Dornelles. A escolha de Ildo Meneghetti para a presidência da seção estadual do partido, assim como sua declaração formal de oposição ao governo federal e estadual, causaram desavenças internas (OLIVEIRA, 2008, p. 215-216).

A partir da oposição formal da direção do PSD do Rio Grande do Sul no âmbito local e nacional, a bancada federal pessedista sul-rio-grandense posicionou-se oficialmente como oposição ao governo Vargas. A bancada da Assembleia Legislativa – formada em sua maioria por parlamentares vinculados ao “grupo ortodoxo” – também optou pela oposição. Na tentativa de não destoar da orientação partidária nacional, de coligação com o PTB, alguns parlamentares locais e membros da direção estadual, vinculados ao PSDA, propuseram uma postura de centro. Não obstante, a bancada estadual permaneceu intransigentemente na oposição e a direção do partido – contrária ao governo petebista – proibiu os diretórios locais de realizarem alianças com o PTB na eleição para prefeitos municipais no ano de 1951 (OLIVEIRA, 2008, p. 216-217).

Apesar da proibição de coligação, lideranças petebistas – entre elas João Goulart – tentaram uma aproximação entre os partidos. O próprio Jango entrou em contato com Protásio Vargas numa tentativa de articular um acordo – sem sucesso – entre PTB e PSD. Apesar dos dirigentes pessedistas, muitos diretórios municipais do PSD, alinhados aos autonomistas, não seguiram a orientação da Comissão Executiva da agremiação e lançaram seus candidatos a prefeitos em conjunto com os petebistas. O presidente do PSDA, Vítor Loureiro Issler, convocou os correligionários a votarem nos candidatos a prefeito registrados pelo PTB. Encerrado o processo eleitoral, o PTB – com a adesão do PSDA – conquistou 40% das prefeituras, enquanto o PSD – coligado com outros partidos – elegeu seus prefeitos em 43% dos municípios do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2008, p. 218-219).

Desse modo, são revelados alguns indícios sobre algumas das principais questões do artigo: a pesquisa de Oliveira (2008) demonstra que os diretórios municipais pessedistas – alinhados aos autonomistas – não seguiram a orientação da Comissão Executiva do partido,

sendo assim, o PSDA parece estar vinculado ao PSD. Além disso, nas eleições de 1951, havia uma aproximação entre autonomistas – supostamente pertencentes aos quadros do PSD – e trabalhistas, isto é, problematizando a interpretação de Bodea (1992) concernente ao processo de “desgetulização” ainda no ano anterior.

Já em 1954, no que diz respeito ao encaminhamento da candidatura do petebista Alberto Pasqualini para sucessão ao governo estadual, os trabalhistas procuraram Vítor Issler – presidente da ala dissidente do PSD sul-rio-grandense – para entendimentos políticos, o líder autonomista comprometeu-se a se reunir com seus correligionários para apreciar o assunto, assim como desde já garantiu o seu apoio pessoal.²¹

Posteriormente, na Convenção Estadual do PSDA, convocada para escolher os candidatos dissidentes do PSD na próxima eleição, decidiram os autonomistas, por unanimidade, dar integral apoio à candidatura Pasqualini (PTB). Além disso, Vítor Issler foi indicado como candidato a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa, foram indicados, pelo PSDA: “José Carlos Pereira, Lindolfo Humes, José Torres, Arami Silva e Belmiro Terra”. Esses nomes foram incluídos na chapa dos candidatos trabalhistas.²² Participaram da convenção autonomista representantes de 47 municípios, sendo ela presidida pelo governador Ernesto Dornelles, bem como contou com a presença de Aníbal Di Primo Beck (presidente da Comissão Executiva do PTB).²³

Os autonomistas participaram efetivamente da campanha Pasqualini ao governo estadual. No Palácio do Catete, em visita a Getúlio Vargas, lideranças trabalhistas – Alberto Pasqualini, João Goulart, Loureiro da Silva e Leocádio Antunes, o último secretário da campanha de Pasqualini –, acompanhados pelo autonomista Vítor Issler, deram conhecimento ao presidente da República do programa de governo petebista para o Rio Grande do Sul.²⁴

O PSD solicitou impugnação dos candidatos autonomistas junto ao Tribunal Regional Eleitoral, fundamentado no fato que eles não eram filiados ao PTB.²⁵ Gabriel Obino – então secretário-geral do PSDA e, posteriormente, Secretário Geral do Estado na gestão Dornelles – sublinhou que os candidatos da dissidência petebista foram regularmente registrados no PTB, ou seja, apesar de o estatuto trabalhista exigir elementos filiados ao partido para concorrer na agremiação, às candidaturas do PSDA foram sufragadas em Convenção Estadual. Preocupou-

²¹ *Correio do Povo*, 6 de junho de 1954, p. 48; *Diário de Notícias*, 6 de junho de 1954, p. 7 e 16.

²² Vítor Loureiro Issler se elegeu deputado federal pelo PTB e Olintho Aramy Silva foi eleito deputado estadual pela mesma agremiação política (faleceu em 28/08/1955).

²³ *Correio do Povo*, 19 de junho de 1954, p. 2.

²⁴ *Correio do Povo*, 18 de julho de 1954, p. 44.

²⁵ “O Tribunal Regional Eleitoral concedeu registro aos candidatos do PSD incluídos na chapa trabalhista, em decisão tomada por seis votos contra nenhum”. *Correio do Povo*, 19 de setembro de 1954, p. 4.

se, outrossim, em acusar o PSD estadual de suposto desrespeito ao estatuto do partido²⁶ por fazer oposição ao governo Vargas.²⁷ Ainda sobre esse aspecto, o deputado Theobaldo Neumann (PTB) – defendendo Vítor Issler na Assembleia Legislativa – assim discursou: “[...] Êle é mais PSD do que VV. Exas. porque acompanha a orientação do PSD nacional, ao passo que VV. Exas. são discordantes [...] VV. Exas. deveriam até ser expulsos do PSD”.²⁸

Diante dessa análise, onde tomamos como exemplo a atuação do PSDA em 1954, faz-se necessário retomar algumas questões levantadas no decorrer do trabalho: 1) O PSDA era um partido? Não. Em primeiro lugar, porque tanto o Código Eleitoral de 1945, quanto o de 1950, exigiam número mínimo de eleitores divididos em cinco estados diferentes.²⁹ Partidos menores como PL, PSP e PR, mesmo que com maior atuação no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em Minas Gerais, respectivamente, precisaram cumprir com a lei vigente no momento de inscrição do partido. Não se verificou na historiografia o PSDA em outros estados, portanto, parte-se do pressuposto que era exclusividade do contexto político-partidário sul-rio-grandense. Ademais, compreendemos os autonomistas como fazendo parte de uma ala dissidente do PSD; 2) Em 1950, com o surgimento do PSDA, ocorreu a “desgetulização” do PSD? A resposta também é negativa, ou seja, discordamos da análise de Bodea.³⁰ Os autonomistas constituíram uma ala minoritária dentro do partido e alguns componentes mantinham vínculos com o getulismo:³¹ manter o partido alinhado ao projeto nacional varguista e a figura de Vargas. Em 1951, procuraram fazer alianças com o PTB a despeito da proibição da Comissão Executiva Pessedista. Em 1954, diferentemente da atitude do PSD estadual, os autonomistas defenderam os governos de Vargas e Dornelles. Além disso, apoiaram Pasqualini (PTB) nas eleições para o governo estadual e concorreram pela chapa trabalhista ao legislativo estadual e federal;

E, por fim: 3) Qual era o motivo quanto à permanência dos autonomistas no PSD? Há uma dissidência dentro da dissidência. A ala autonomista representava, em grande medida, as

²⁶ Conforme o “Estatuto do Partido Social Democrático”, a “Convenção Estadual” e a “Comissão Executiva”, “gozam de plena autonomia para decidir as questões de interesse político do Estado, vedada intervenção de quaisquer outros órgãos do partido”. Não obstante, o “Conselho Nacional” deve “exercer função deliberativa em todos os assuntos de interesse partidário, no âmbito nacional” e a “Comissão Diretora” – “supremo órgão executivo do partido” – tem como prerrogativa para “tomar as providências necessárias para fiel execução do programa e estatutos do Partido”. Logo, o partido poderá excluir os membros que se tornarem culpados de: “a) infração de dispositivo estatutário; b) desobediência a suas deliberações”. Disponível em: <http://tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979> Acesso em: 18 de junho de 2018.

²⁷ *Correio do Povo*, 17 de setembro de 1954, p. 2.

²⁸ Anais da Assembleia Legislativa. 74ª sessão, em 6 de agosto de 1954, p. 98.

²⁹ O código eleitoral de 1945 previa o número mínimo de 10.000 eleitores, enquanto o de 1950 aumentava para 50.000 eleitores.

³⁰ Ver, Bodea (1992, p. 30).

³¹ O getulismo constitui-se em uma força política fundada na legitimidade e no poder pessoal de Getúlio Vargas. Logo, excedia o próprio trabalhismo (GOMES, 2007, p. 66).

diretrizes do diretório nacional: o apoio ao governo Vargas e as alianças políticas com o PTB. Entretanto, foram derrotados internamente, pois os pessedistas “ortodoxos” notabilizaram-se como um diretório dissidente, ou seja, oposicionista ao governo Vargas e intransigente quanto às alianças políticas com os petebistas. Parte-se do pressuposto de que os autonomistas não eram expulsos, pois o diretório estadual pessedista “descumpria” o estatuto do partido no âmbito nacional. Desta maneira, o PSDA estava alinhado ao PSD nacional e, conseqüentemente, detinha uma espécie de “proteção estatutária” sobre uma eventual represália da seção estadual do partido.³²

Considerações finais

Este trabalho é uma pesquisa inicial e apenas apresentou elementos introdutórios para o estudo da atuação do PSDA. Nossas considerações nasceram de anotações e discussões em torno das pesquisas desenvolvidas no programa de pós-graduação em História da Unisinos. O presente artigo se limitou a trazer provocações sobre um tema sempre citado nos trabalhos acadêmicos, mas com limitada reflexão em torno dele. Não obstante, os seus resultados, ainda que parciais, abordam elementos inauditos corroborando sobre a compreensão da atuação dos autonomistas nas eleições estaduais do Rio Grande do Sul em 1954.

A partir desta análise, foi possível verificar que no contexto das eleições estaduais de 1954, o PSDA apoiou o candidato trabalhista Alberto Pasqualini – para o governo estadual – em detrimento do pessedista Ildo Meneghetti, da Frente Democrática (PSD/UDN/PL). Ademais, os candidatos autonomistas à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa tiveram os seus nomes inclusos na chapa do PTB.

Observa-se que nas reuniões do PSDA estiveram presentes lideranças petebistas. Nesse último aspecto – de integração entre autonomistas e trabalhistas – destaca-se a participação efetiva de Vítor Loureiro Issler – presidente do PSDA – junto as principais lideranças do PTB

³² Sobre essa questão, ressalta-se que havia possibilidade de intervenção do diretório nacional do PSD nos diretórios dissidentes, como de fato, ocorreu posteriormente na seção sul-rio-grandense. “Em fevereiro de 1955, iniciadas as articulações para a apresentação de candidatos às eleições presidenciais marcadas para o mês de outubro, Juscelino Kubitschek teve sua candidatura homologada pela convenção nacional do PSD. A escolha de Juscelino encontrou, contudo, sérias restrições por parte do PSD de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, onde se formaram grupos dissidentes que passaram a buscar junto a outras agremiações uma candidatura alternativa. Após sucessivas negociações, essas dissidências aliaram-se à UDN em apoio ao nome de Juarez Távora, aprovado na convenção do partido realizada no dia 10 de julho e na qual tomaram parte líderes do PSD gaúcho e pernambucano. Em represália, a direção nacional do PSD decretou em 15 de julho a intervenção no diretório regional de Pernambuco, o mesmo ocorrendo no dia seguinte com o diretório gaúcho [...]”. Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010 (Verbete Ildo Meneghetti). In: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

– inclusive do próprio presidente Getúlio Vargas – no que diz respeito à candidatura Pasqualini ao governo estadual. Enquanto isso, os membros do “PSD ortodoxo” do Rio Grande do Sul faziam oposição ao governo federal e estadual (Getúlio e Dornelles, respectivamente).

Dessa forma, a aliança entre autonomistas e trabalhistas gerou conflitos no seio do PSD. De um lado, a atuação de Gabriel Obino – secretário do PSDA – na imprensa escrita, defendendo-se das acusações dos “pessedistas ortodoxos” e, ao mesmo tempo, acusando o PSD sul-rio-grandense de não cumprir com o estatuto nacional do partido, isto é, as seções regionais deveriam seguir as orientações da seção nacional. De outro, a atuação parlamentar trabalhista em defesa dos autonomistas em relação às questões internas do PSD. Em outras palavras, o diretório nacional estava alinhado ao presidente Vargas, ao contrário do diretório regional que no momento era oposição ao trabalhismo.

Em última análise, o PSDA não era um partido político, mas uma dissidência do PSD com atuação efetiva: aproximando-se de Vargas e alinhando-se politicamente ao PTB no Rio Grande do Sul. Portanto, o processo de “desgetulização” deste partido não finalizou em 1950, como classicamente se interpretou. Tanto em 1951 como em 1954 não houve a expulsão dos autonomistas do partido, pois o próprio PSD sul-rio-grandense representava uma dissidência em relação ao diretório nacional. Em nossa interpretação, o PSDA era caudatário do PSD nacional e, conseqüentemente, encontrava-se tutelado acerca de uma eventual represália da seção estadual pessedista. Faz-se necessário aprofundar as fontes utilizadas, assim como procurar outras para fins de ampliação da pesquisa: é importante averiguar as correspondências entre membros do PSDA com o diretório nacional pessedista, entre o PSD ortodoxo com os autonomistas, assim como destes com as lideranças trabalhistas.

Jornais:

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: 6 de junho de 1954, p. 48.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: 19 de junho de 1954, p. 2.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: 18 de julho de 1954, p. 44.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: 17 de setembro de 1954, p. 2.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre: 6 de junho de 1954, p. 7 e 16.

Anais:

ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. 74ª sessão, em 6 de agosto de 1954, p. 98.

Referências:

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. (Verbetes Ildo Meneghetti). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019.

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Em busca da cidadania política: o quererismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2006.

ANGELI, Douglas Souza. *Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)*. Dissertação (Mestrado), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. Dissertação (Mestrado), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIUFGRS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari: da Formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

CÂNEDO, Letícia Bicalho. Democracia: aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 516-543

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: EDIUFGRS, 2005.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha 1930-1964*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

COSTA, Maria Amélia Soares Dias Da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

CRUZ, João Batista Carvalho. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

ESTATUTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. Disponível em: <http://tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979> Acesso em: 18 de junho de 2018.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

FERREIRA, Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Omega, 1974.

GATTI, Isaura de Moura. *Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950)*. Dissertação (Mestrado), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2008.

GERTZ, René Ernani. O Rio Grande do Sul de 1937 a 1964: historiografia. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos [et al.]. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 53-82

GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al.]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 200. p. 35-50

HEINZ, Flávio (Org.). *O Parlamento em Tempos Interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD na experiência democrática brasileira (1945-1964)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

LIMONGI, Fernando. Fazendo eleitores e eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, nº. 2, 2015, p. 371-400.

NUNES, Edson. *A gramática do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. “*O preço da liberdade é a eterna vigilância*”: a UDN no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2001.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Tese (Doutorado), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, David (Org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981. v. 1.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. *Protesto Operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política*. Dissertação (Mestrado), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. *RBEF*, Belo Horizonte, n. 23/24, Jul/67 – Jan/68.